

Ex. mo Sr.
Gerente da Firma
Via e-mail

Convite para apresentação de proposta

Objeto: Aquisição de Bens – Produtos Alimentares – Cantinas Escolares
Procedimento por “**CONSULTA PRÉVIA**”

março/2025

Tendo em vista a contratação acima referida, convida-se essa Digna Sociedade a apresentar proposta de acordo com as especificações constantes do Caderno de Encargos, cujo exemplar se anexa. (**Anexo III – PROPOSTA**)

Para efeito e de acordo com o estabelecido no art.º 115.º do Código dos Contratos Públicos (doravante **CCP**) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, envia-se o documento “**Anexo I – Termos e condições**”, que faz parte integrante deste convite, onde se indicam as regras a que deve obedecer a proposta a apresentar, bem como outros aspetos que regulam este procedimento.

Nos termos das disposições legais em vigor, essa entidade não poderá estar abrangida pelos impedimentos previstos no art.º 55.º do CCP. Em consequência, é obrigatória a apresentação da Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP, cujo modelo (**Anexo II - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS**) também se envia, sem prejuízo de poder ser exigida ao adjudicatário a apresentação de qualquer dos documentos de habilitação previstos no art.º 81.º do CCP.

Em tudo o não especificado no presente Convite e no Caderno de Encargos, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições constantes do referido CCP, bem como outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

Com os melhores cumprimentos
O Presidente da Câmara
(Dr. Paulo Manuel Teixeira Marques)

ANEXO I – Termos e condições

1. Entidade adjudicante

Entidade adjudicante: **MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE PAIVA**

Pessoa coletiva territorial de direito público com o número 506 809 323;

Sede: Praça D. Afonso Henriques, 3650-207 Vila Nova de Paiva;

Telefone: 232 609 900;

Endereço eletrónico: geral@cm-vnpaiva.pt;

Portal oficial: www.cm-vnpaiva.pt;

Plataforma eletrónica de contratação pública: www.acingov.pt

2. Decisão de contratar

A entidade competente para a decisão de contratar é o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, de acordo com a competência para autorização de despesa conferida nos termos e limites previstos na alínea a) do n.º do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, na sua redação atual, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, estando implícita nesta competência a decisão de contratar, a decisão de escolha do procedimento, a decisão de aprovação das peças do procedimento e a decisão de adjudicação, a que se referem, respetivamente, os artigos 36.º, 38.º, 40.º e 73.º do CCP.

3. Modalidade do procedimento de contratação

O procedimento de formação do contrato reveste a forma de **Consulta Prévia** ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP, com a tramitação decorrente dos artigos 115.º e seguintes do CCP, não havendo lugar à negociação a que se refere o art.º 118.º do CCP.

4. Fundamento da escolha do procedimento

A escolha do procedimento de ajuste direto foi feita tendo por base o valor do contrato a celebrar, ao abrigo do art.º 18.º do CCP, e tendo em conta não ser possível satisfazer a necessidade da entidade adjudicante por via de recursos próprios.

5. Objeto do procedimento

5.1. O presente procedimento tem por objeto a **"Aquisição de Bens – Produtos Alimentares – Cantinas Escolares"**, nos termos e condições do Caderno de Encargos.

5.2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos – **CPV**) adotada no Anexo I ao Regulamento (CE) n.º 2.195/2002, da Comissão, de 5 de novembro, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, a prestação de serviços é classificada com o seguinte objeto principal: **15800000-6 (Produtos alimentares diversos)**.

6. Dispensa do júri

O procedimento é conduzido pelos serviços da Divisão de Administração e Finanças (DAF), considerando-se feitas a estes as referências feitas ao Júri no CCP, ao abrigo do n.º 3 do art.º 67.º do CCP, competindo ao Chefe de Divisão ou ao funcionário em quem ele delegar, apresentar o projeto de decisão de adjudicação a que se refere o n.º 1 do art.º 125.º do CCP.

7. Proposta e documentos que a integram

7.1. A proposta a apresentar deverá ser constituída pelos seguintes documentos, redigidos em língua portuguesa, preferencialmente assinados digitalmente pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP (Anexo I ao CCP), elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS** ao presente Convite, do qual faz parte integrante;

b) Proposta de preço de acordo com o modelo constante do **ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇO** ao presente Convite, do qual faz parte integrante;

c) Certidão do registo comercial da sociedade, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso à certidão permanente para a sua consulta online, para identificação dos titulares da gerência que se encontrem em efetividade de funções.

7.2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar pertinentes ou indispensáveis para complementar a proposta, ou que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa ao fornecimento que se propõe realizar.

7.3. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar pertinentes ou indispensáveis para complementar a proposta, ou que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa ao fornecimento que se propõe realizar.

7.4. Os documentos que integram a proposta devem ser elencados no n.º 2 da Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 7.1, devendo ser apensos à mesma.

8. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

9. Prazo e modo de apresentação das propostas

9.1. A proposta e os documentos que a integram são apresentados através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, em uso na Câmara Municipal, devendo ser entregue até às **23h59 do 1.º dia** a contar do dia seguinte ao da notificação de consulta na plataforma acinGov.

9.2. O prazo de apresentação das propostas é contado nos termos do n.º 3 do art.º 470.º do CCP (prazo contínuo).

10. Prazo de manutenção das propostas

O prazo da obrigação da manutenção da proposta é de 66 dias a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação da mesma.

11. Preço contratual

11.1. Pelos bens do objeto do contrato, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

11.2. O preço referido no número anterior para a totalidade da prestação de serviços,

excluído do IVA, não pode, em qualquer caso, ser superior a **€ 4.404,43** (quatro mil e quatrocentos e quatro euros e quarenta e três cêntimos), excluído do IVA à taxa normal em vigor, que é o preço base definido no artigo 20.º do Caderno de Encargos.

12. Dispensa de caução e de descontos nos pagamentos

Em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP não é exigida a apresentação de caução, nem há lugar à retenção a que se refere o n.º 3 do mesmo artigo.

13. Pedidos de esclarecimentos

13.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento serão prestados nos termos do art.º 116.º do CCP, face ao prazo fixado para a apresentação de propostas.

13.2. Os pedidos de esclarecimentos devem ser solicitados em tempo útil e dirigidos, por escrito, à entidade referida no n.º 1, através da plataforma eletrónica acinGov.

13.3. Os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

14. Documentos de habilitação

14.1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, através da plataforma acinGov, os seguintes documentos de habilitação, redigidos em língua portuguesa:

a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP (Anexo II ao CCP), conforme modelo constante do **ANEXO IV** ao presente Convite, do qual faz parte integrante.

b) Documentos comprovativos de que o adjudicatário não se encontra nas situações previstas nas alíneas d) e e) do artigo 55.º do CCP, a saber:

i) Declaração atualizada do Instituto da Segurança Social, I.P. comprovativa de que o Adjudicatário tem a respetiva situação contributiva regularizada perante a Segurança Social Portuguesa, ou comprovativo de permissão de consulta da situação contributiva no Portal da Segurança Social (cf. alínea d) do art.º 55.º do CCP);

ii) Certidão atualizada do Serviço de Finanças da sede do adjudicatário, comprovativa de que tem a respetiva situação tributária regularizada perante a Administração Fiscal, ou comprovativo de permissão de consulta da situação tributária no Portal das Finanças (cf. alínea e) do art.º 55.º do CCP).

15. Contrato

15.1. Há lugar à celebração de contrato escrito.

15.2. Depois de aprovada a minuta do contrato pela entidade competente para a decisão de contratar conforme n.º 1 do art.º 98.º do CCP, esta será notificada ao adjudicatário com a decisão de adjudicação, considerando-se aceite por este quando haja aceitação expressa, ou

quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

15.3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar.

16. Contagem dos prazos

Salvo disposição expressa em contrário, à contagem dos prazos previstos no presente Convite, aplica-se o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.

17. Peças do procedimento

O processo do concurso é composto pelas seguintes peças:

- a) O presente Convite, que inclui 3 anexos:
 - Anexo I – Termos e condições;
 - Anexo II – Declaração de aceitação do Caderno de Encargos;
 - Anexo III – Proposta de preço;
 - Anexo IV – Declaração de habilitação.
- b) O Caderno de Encargos.

18. Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente Convite e no Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), na redação atual, e demais legislação aplicável.

O presente anexo faz parte integrante do Convite.

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS

(a que se refere a alínea a) do ponto 7.1 do Convite)
DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

.....

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO III - PROPOSTA DE PREÇO

(a que se refere a alínea b) do ponto 7.1 do Convite)

PROPOSTA

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), na qualidade de interessado no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) ..., obriga-se à execução da entrega de bens pelo preço contratual de € ,.... (por algarismos e por extenso), que não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Sobre aquele preço acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor de 6% ou 13% ou 23%.

O prazo de entrega dos bens corresponde a quatro dias.

Declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

Data e assinatura

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do ponto 14.1 do Convite)

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.